

## Jaime Wright por Dom Paulo Evaristo Arns

"Éramos dois contratados de Deus"

JOSÉ MARIA MAYRINK

(Jornal do Brasil - 13/6/99)

SÃO PAULO - Campeão da defesa dos direitos humanos durante os anos da ditadura militar, o cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, arcebispo emérito (aposentado) de São Paulo, fala com gratidão da colaboração que recebeu, nessa luta, do reverendo Jaime Wright, pastor da Igreja Presbiteriana Unida. "Éramos duas pessoas contratadas por Deus para uma missão humanitária que fosse útil para a história do Brasil", disse Dom Paulo ao JORNAL DO BRASIL, referindo-se ao trabalho que fizeram juntos em defesa dos perseguidos políticos.

Dom Paulo conheceu Jaime Wright em 1975, quando o pastor representou sua igreja no culto ecumênico celebrado em memória do jornalista Vladimir Herzog, assassinado nos porões do DOI-Codi. Tornaram-se amigos, trabalharam juntos durante quase 10 anos e coordenaram o projeto Brasil: nunca mais, dossiê que documentou e denunciou prisões, torturas e mortes no país. Na semana que antecedeu sua morte, ocorrida na manhã de 29 de maio, Wright ligou duas vezes para a casa de Dom Paulo. Queria checar informações com a secretária para a biografia do cardeal, que ele estava ajudando a escrever.

- O senhor disse que o reverendo Jaime Wright era seu bispo auxiliar para direitos humanos. Como eram suas relações com um pastor presbiteriano?

- Depois que a Igreja Presbiteriana liberou o reverendo Jaime Wright para trabalhar em favor dos perseguidos pela repressão, ele se fixou num gabinete ao lado do meu, na Cúria Metropolitana. Durante quase 10 anos, deu tempo integral à defesa das pessoas. Nos casos mais complicados, eu encaminhava as pessoas a ele, pela porta dos fundos, dizendo que as levava para meu bispo auxiliar.

- Como o senhor conheceu o reverendo Wright?

- Foi no dia em que fizemos o ofício fúnebre por Vladimir Herzog, na Catedral de São Paulo, em 1975. Eu havia pedido que as denominações cristãs designassem alguém, e isso incluiu os protestantes. Do mesmo jeito, também pedi que houvesse um rabino, porque Vladimir era judeu. Jaime Wright então se apresentou. Foi a primeira vez que eu tive contato pessoal com ele. Não houve mais praticamente um só dia em que não nos falássemos de uma maneira ou outra - ou diretamente na Cúria ou por telefone. Trabalhamos mais de nove anos lado a lado, como dois irmãos ligados pelo sangue e pelos ideais de defesa dos direitos humanos.

**- O irmão dele, o deputado Paulo Wright, já havia desaparecido nessa época?**

- O deputado havia sido morto antes de 1973, mas nós não sabíamos. Sempre havia novas notícias, espalhadas por maldade, dizendo que ele estava vivo. Disseram, por exemplo, que ele estava no Chile. Deram até o endereço. O Jaime foi a Santiago - para a rua tal, número tal, que existiam -, mas lá não havia ninguém chamado Paulo Wright. Outra vez, enganaram o Jaime, para que ele fosse para a Amazônia. Disseram que Paulo Wright estava no Araguaia. Ele foi checar. Jaime Wright foi infatigável na procura do irmão.

**- Foi a morte do irmão que levou o reverendo Wright a se envolver na luta em defesa dos perseguidos políticos?**

- Houve mais do que isso. Cada vez que tinha de falar em público - e nós fizemos muitas celebrações ecumênicas, nas quais ele falava em nome de seus colegas de diversas denominações -, Jaime falava dos Salmos e de trechos bíblicos que se referem a pessoas que sofrem ou que desaparecem. Era convicção religiosa, além de um dever de irmão e de parente.

**- O reverendo Wright correu risco de ser preso?**

- Jaime nunca me comunicava as coisas que ocorriam com ele. Essa era uma das grandes qualidades dele. Sempre me comunicava coisas que podiam dar coragem, que podiam animar. Às vezes, ele me advertia de que podia haver perigo em tal e tal lugar, ou de que podia haver uma trama contra nós dois. Nenhuma vez falou de perseguição contra ele. Ele me pediu que deixasse a questão da segurança por conta dele. "Isso importa pouco, depois que meu irmão morreu", era o que dizia.

- O senhor chegou a sofrer ameaças e tomava cuidados especiais para evitar atentados. Isso foi no governo do general Medici?

- Foi no fim do governo Medici e no começo do governo Geisel. Mas aí eu tinha uma pessoa de ligação, que era o general Golbery (do Couto e Silva). O general Golbery me atendia a toda hora e em qualquer situação. Ele dizia à secretária que passasse o telefone imediatamente para ele quando a ligação viesse do cardeal de São Paulo. E ele me disse uma vez: "Tudo o que o senhor me falou até hoje eu fui verificar e nunca vi um engano em suas informações". O general Golbery era muito exato, muito inteligente e muito vivo.

- Então, quando o senhor disse a Golbery que havia atrocidades e torturas, ele admitiu?

- Uma vez ele nos recebeu, com mais de 30 familiares, junto com um advogado, na sede da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em Brasília. Passou a tarde inteira ouvindo relatos. Até relatos de companheiros de armas, portanto de militares que haviam sido afastados pela revolução. Quando entrou no carro, me fez um sinal para ouvir perto, baixou o vidro e disse: "Dom Paulo, nunca imaginei que, enquanto nós estamos no governo, continuem a perseguição, as prisões arbitrárias e a tortura".

- Golbery prometeu acabar com a tortura?

- Uma vez, encontrei-me com ele no Rio, antes da posse de Geisel, na casa do irmão de Dom Luciano (o professor Cândido Mendes, irmão de Dom Luciano Mendes de Almeida, ex-presidente da CNBB), durante cinco horas. Ele abriu o coração, dizendo que Geisel e ele eram contra a tortura, mas que seria muito difícil acabar com ela, porque era praticada por um grupo muito fechado.

- Quando acabou a censura à imprensa, Geisel manteve a censura ao jornal O São Paulo, dizendo que enquanto ele tivesse poder o senhor sentiria o peso de sua força.

- É verdade e há mais. Geisel não dava entrevista pública, mas uma vez chamou cinco jornalistas e um deles, que era cearense, tomou um avião e foi procurar Dom Aloísio Lorscheider, arcebispo de Fortaleza, para lhe comunicar o que Geisel havia dito. O que o general disse foi o seguinte: "A Dom Paulo eu não perdôo aquilo que ele fez, e nunca o jornal O São

Paulo vai ficar livre nem Dom Paulo vai poder falar como os outros, porque não suporto aquele homem". O jornalista ficou tão impressionado com o tom e com a maneira de ele dizer, que foi falar com Dom Aloísio e ele veio a São Paulo me avisar.

**- Qual foi a participação de Jaime Wright no projeto Brasil: nunca mais?**

- Posso até mostrar o lugar na Cúria onde nós dois estávamos conversando sobre as conseqüências do golpe militar, quando um disse para o outro, não sei mais quem tomou a palavra: **"Isso tudo vai ser esquecido na próxima geração, como foi esquecido tudo o que o Getúlio praticou no tempo dele - e foram horrores"**. Jaime Wright observou que, melhor do que fazer um relatório pessoal, seria copiar processos para saber o que se fez com essas pessoas (as vítimas). Nos processos, os presos disseram como eram torturados, por quem eram torturados, quanto tempo eram torturados, e revelavam outras coisas a respeito do tratamento que recebiam e do motivo das prisões.

**- Daí surgiu a idéia do livro Brasil: nunca mais?**

- Combinamos que iríamos pagar sete advogados para requisitar os processos e tirar cópias de todos os depoimentos. Pagamos o papel, pagamos tudo. Dissemos que precisávamos dos processos de São Paulo, Rio, Belo Horizonte e, sobretudo, dos processos de Brasília. Calculamos que chegamos a copiar 93% de todos os processos feitos por quatro juízes militares e um juiz togado, com a assinatura do declarante. Era, portanto, uma coisa oficial, uma coisa dita diante dos juízes. Quando tivemos todo esse material - eram mais ou menos 1 milhão de páginas, guardadas hoje na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) -, conseguimos fazer com que os processos fossem estudados e que deles fossem tirados os dados que nos interessavam - motivos de prisão, organizações de esquerda, torturas, tipos de torturas, e também as ameaças às pessoas mais visadas. Só nós dois, Jaime Wright e eu, sabíamos do projeto. As outras pessoas só recebiam a incumbência de fazer tal ou tal coisa para o cardeal de São Paulo.

**- Quem financiou o projeto?**

- Não havia dinheiro para pagar as pessoas que trabalhavam em tempo integral no levantamento dos dados. Como eu falei que não poderia pedir à Igreja aqui no Brasil, porque logo viriam as

suspeitas, Jaime Wright disse que tinha um grande amigo, chamado Harber, o ecônomo do Conselho Mundial das Igrejas, que poderia nos ajudar. Assim obtivemos os meios suficientes para pagar as pessoas que trabalhavam para nós, com o mínimo de despesas possível.

**- Wright estava colaborando numa biografia sua. Ele fez entrevistas com o senhor ou usou as informações que tinha para orientar as autoras do livro?**

- Eu não sabia que estavam escrevendo minha vida. Sobretudo, não sabia que o reverendo Wright estava tão interessado em conservar a ação que eu tinha feito. Eu é que estava mais preocupado em preservar tudo o que ele havia feito comigo, para agradecer a colaboração dos presbiterianos. A Universidade Presbiteriana de Dubuque, nos Estados Unidos, deu um doutorado (título de doutor honoris causa) a nós dois por causa do projeto Brasil: nunca mais. Uma coisa que nunca haviam feito a um católico, fizeram a mim, certamente por influência dele. Eu sabia que Jaime Wright me queria um imenso bem, assim como eu queria um bem tão grande a ele, que ultrapassa toda medida humana. Mas nunca soube que ele estava participando do livro, senão nesses últimos meses. Nunca falei com ele a respeito. Ele nunca me consultou.

**- Depois do fim da ditadura, o reverendo Wright continuou, como o senhor, preocupado com a violência?**

- Ele estava muito preocupado com todo o Brasil. Nunca manifestou adesão a partido político, a um movimento. Trabalhava sempre a favor do povo. Nunca fez parte da Comissão Justiça e Paz. Poucas vezes foi à Comissão Santo Dias, que tinha cinco advogados para cuidar das crianças da rua e do socorro imediato ao povo. Mas sempre fez parte da comissão que preparava o povo para se defender, a pastoral dos direitos humanos. Gostava da idéia uma vez exposta por Mário Carvalho de Jesus (do Movimento pela Não-Violência, em São Paulo) e por Adolfo Perez Esquivel (Prêmio Nobel da Paz) de que em cada bairro deveria haver um grupo de defesa dos pobres, que são enganados em seus direitos fundamentais, sobretudo em relação aos direitos humanos.